



CONSTRUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2016 – 2019

Ata de Reunião

1. Informações Gerais

Data: 10/07/2015	Horário: 9:00	Local: Sala de audiência da 2ª Vara Criminal
-------------------------	----------------------	-----------------------------------------------------

Participantes:

- Rodrigo Tolentino
- Ulysses Gonçalves da Silva Neto
- José James Gomes Pereira
- Paulo Roberto de Araújo Barros
- Roosevelt dos Santos Figueiredo
- Gleydson Vilanova Viana Coelho
- Agnaldo Abreu Almendra
- Leonne Francisco Ribeiro Pires
- Márcia Fernanda de Moraes Santos
- Carlos Eugênio de Sousa
- Maércio da Silva Maia
- Soraya Maria de Carvalho Arcanjo
- Leandro Rodrigues Sampaio
- Núbia Fontenele de Carvalho Cordeiro
- Willame Carvalho e Silva
- Francisco Igor de Lima e Silva
- Priscylla Ferraz de Sousa
- Chandra Marreiros Moreira Vasques
- Fames Borges Mendes



CONSTRUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2016 – 2019

Ata de Reunião

2. Objetivo da Reunião

Recebimento das propostas de Ações Estratégicas e priorização de recursos para o PPA 2016 – 2019 do TJPI.

3. Memória da Reunião

O Secretário de Economia e Finanças, Roosevelt dos Santos, iniciou a reunião apresentando uma nova projeção de valores para os Programas de Governo com ajustes baseados em sugestões feitas pela SEPLAN e nas propostas de ações estratégicas, metas físicas e financeiras apresentadas pela Corregedoria conforme segue:

- Realocação de R\$1.200.000,00 oriundos do “Apoio Administrativo” para “Apoio, Controle e Fiscalização Judicial e Extrajudicial”
- Mudança de nomenclatura da ação estratégica “Descentralização dos Serviços de Justiça” para “Aperfeiçoamento da Prestação Jurisdicional”
- Alteração da nomenclatura da ação estratégica “Informatização do 1º Grau e 2º Grau” para “Infraestrutura e Reaparelhamento de T.I.” e realocação para esta ação de recursos na ordem de R\$8.360.000,00 oriundos da ação “Reaparelhamento da justiça”.
- Realocação de recursos na ordem de R\$ 10.431.496,45 da ação “Infraestrutura de Prédios da Justiça” para a ação “Reaparelhamento da Justiça”

Em seguida, a palavra foi aberta aos demais presentes (Representantes do Sindicato, Escola Judiciária e Magistrados) para verificar a existência de novas propostas.

O presidente do SINDIJUS, Carlos Eugênio de Sousa, justificou a não apresentação de propostas em decorrência do não recebimento do material norteador encaminhado, por e-mail, pela SEPLAN aos membros dos comitês, conforme acordado na reunião anterior. O Secretário de Planejamento, Gleydson Vilanova, entretanto, conferiu e informou que o material havia sido corretamente enviado para os **e-mails institucionais** (@tjpi.jus.br) de todos os presentes sem qualquer erro de recebimento e evidenciou que os representantes do sindicato haviam verificado apenas em seus **e-mails pessoais**.



CONSTRUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2016 – 2019

Ata de Reunião

Os magistrados presentes fizeram uma análise do portfólio de projetos e corroboraram com a ideia de que, na metodologia aplicada para a construção do PPA, não cabe o detalhamento dos mesmos, ficando este trabalho mais indicado para o momento da construção dos orçamentos anuais. O servidor Leandro Sampaio pontuou, neste sentido, que as Ações Estratégicas propostas contemplam de forma genérica todos os macrodesafios do Planejamento Estratégico do TJPI.

O Sr. Roosevelt reforçou o papel dos Comitês presentes em definir a política de priorização dos recursos existentes apontando a intenção do TJPI em investir de acordo com o entendimento conjunto de maior ou menor necessidade. Em sua explicação reforçou que, na metodologia instituída pelo Governo do Estado, a projeção de recursos disponíveis deve ser igual ao valor do último orçamento multiplicado por quatro cabendo, aos comitês apenas a realocação de recursos.

As Ações Estratégicas propostas foram então analisadas individualmente e mais informações sobre a metodologia aplicada foram dadas, reforçando que o aspecto genérico aplicado objetiva dar maior liberdade aos gestores para resolução de suas necessidades.

Os representantes da EJUD questionaram o orçamento destinado à escola e o Sr. Roosevelt explicou que o incremento do orçamento para este fim precisaria ser aprovado pelos comitês presentes apontando a origem dos recursos, uma vez que não é possível aumentar o orçamento global.

O Secretário da STIC, Sr. Agnaldo Abreu, pediu a palavra e explanou sobre as pendências do TJPI junto ao CNJ no que diz respeito às questões de Tecnologia da Informação. O Sr. Agnaldo trouxe ao debate o baixo investimento em TI realizado nos últimos anos e a tendência do TJPI em priorizar investimentos em infraestrutura predial. Pontuou ainda que sem investimento em TI não será possível melhorar o judiciário e citou como exemplo a necessidade de investimentos para implantação do Sistema PJ-e (Resolução CNJ 185/2013).

O Sr. Willame da EJUD reafirmou a insuficiência dos recursos destinados à Escola Judiciária e o Sr. Gleydson reforçou a impossibilidade de contemplar o valor solicitado demonstrando que, no levantamento de demandas feito pela SEPLAN, seria necessário cerca de 5 vezes mais recursos que o disponível e, desta forma, o trabalho de readequação e priorização dos recursos é inevitável.

O Sr. Carlos Eugênio manifestou preocupação em não se fazer constar explicitamente no PPA questões de pessoal como reajustes salariais e pediu para apresentar proposta do sindicato neste sentido em uma próxima reunião. O Sr. Roosevelt argumentou que a metodologia aplicada não permitia este tipo de inserção e que isso deveria ser feito



CONSTRUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2016 – 2019

Ata de Reunião

quando da elaboração do orçamento anual. Entretanto, nenhuma objeção foi feita quanto à possibilidade de se analisar o pleito em um próximo encontro.

O Representante da Corregedoria Sr. Fames Borges apresentou a proposta feita pela Corregedoria e reforçou o caráter indicativo e não limitador dos valores propostos. Neste sentido, buscando uma melhor adequação dos recursos destinado a EJUD, o Dr. Rodrigo Tolentino apresentou como proposta a realocação de recursos destinados à Corregedoria para os anos de 2017 e 2018 mantendo suas metas físicas. O Sr. Fames concordou com esta possibilidade, baseando-se nos benefícios que seriam obtidos com a ampliação da informatização do TJPI. O valor proposto pelo Sr. Roosevelt e aprovado pelos membros dos comitês foi de 3 milhões de reais. O Sr. Fames, a princípio, defendeu um valor menor, na ordem de 720.000 reais.

Por fim, uma nova reunião foi agendada para a segunda-feira seguinte (dia 13/07) objetivando apreciar a proposta do SINDJUS no tocante a inclusão de informações relativas à Gestão de Pessoas.

4. Deliberações

01 – A próxima reunião será realizada no dia 13/07/2015;

02 – Ficam aprovados os valores de orçamento propostos para as ações estratégicas e a realocação de 3 milhões do orçamento da ação “Apoio, Controle e Fiscalização Judicial e Extrajudicial” para a ação “Treinamento e Capacitação de Servidores e Magistrados”;

03 – O próximo encontro tratará unicamente das propostas a serem apresentadas pelo SINDJUS.

5. Assinaturas

Participante	Assinatura
Rodrigo Tolentino	



CONSTRUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2016 – 2019

Ata de Reunião

Ulysses Gonçalves da Silva Neto	
José James Gomes Pereira	
Paulo Roberto de Araújo Barros	
Roosevelt dos Santos Figueiredo	
Gleydson Vilanova Viana Coelho	
Agnaldo Abreu Almendra	
Leonne Francisco Ribeiro Pires	
Márcia Fernanda de Moraes Santos	
Carlos Eugênio de Sousa	
Maércio da Silva Maia	
Soraya Maria de Carvalho Arcanjo	



CONSTRUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2016 – 2019

Ata de Reunião

Leandro Rodrigues Sampaio	
Núbia Fontenele de Carvalho Cordeiro	
Willame Carvalho e Silva	
Francisco Igor de Lima e Silva	
Priscylla Ferraz de Sousa	
Chandra Marreiros Moreira Vasques	
Fames Borges Mendes	